

## ANEXO II

### “MINUTA”

#### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2023

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/19, nº 7.892/2013 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/2023 (PAD 2118/2022), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

<b>Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Nome do representante legal:</b>
<b>Endereço completo:</b>
<b>CEP:</b>
<b>Inscrição Estadual/Municipal:</b>
<b>Telefone:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco:</b>
<b>Agência:</b>
<b>Nº Conta Corrente:</b>

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)

\* A especificação completa do item encontra-se no Termo de Referência (anexo I) do Edital.

### 1. DO OBJETO

**1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias sistema 90, tipo saque frontal, bem como os serviços de desmontagem, remontagem e montagem de divisórias**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

## **2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **2.1 - Constituem obrigações do órgão gerenciador:**

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho.
  - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**2.1.1** - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratações com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

### **2.2 - Constituem obrigações do fornecedor:**

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- b) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- c) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d) entregar o objeto solicitado no prazo estabelecido no Termo de Referência (anexo I).
- e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- f) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- g) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

## **3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

## **4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1** - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para tal fim, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e

notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

**4.2** – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

**4.3** - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

**4.4** - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

## **5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1** - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

**5.2** - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

**5.3** - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

**5.3.1** - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

**5.3.2** - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

**5.4** - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

**5.4.1** - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

**5.4.2** - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

**5.4.3** - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

## 6. DAS SANÇÕES

**6.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções, de acordo com a Lei no 8666/93:

**a) Advertência:** para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

a.1) Será aplicada a sanção de advertência pelo descumprimento à obrigação de regularidade habilitatória, podendo acarretar cancelamento do Registro de Preços.

**b) Multas:** que serão aplicadas independentes entre si quando decorrentes de fatos diversos:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do objeto (conforme **item 4.1.1.2 do Termo de Referência – Anexo I**), sobre o valor do pedido em atraso, limitado a 20 (vinte) dias;

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, ou item(ns) da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima;

b.1.2) A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, a multa moratória será convertida em multa compensatória prevista no item b.4;

b.2) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente, pelo inadimplemento de obrigações acessórias pactuadas, tais como: fornecimento de mão de obra desqualificada, gerando substituições e atrasos dos serviços; falta dos materiais/acessórios ou ferramentas necessárias a cada demanda contratada; falta de conferência das medidas; falta de identificação dos funcionários; falta de documentação exigida; não atendimento pelo preposto, em tempo hábil à solução das demandas;

b.3) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente, pelo descumprimento à obrigação de realizar a limpeza ao final dos serviços, com entrega do local em perfeitas condições de uso, bem como pelo descumprimento às obrigações inerentes à sustentabilidade, conforme diretrizes da gestão e do instrumento contratual, especialmente com relação ao recolhimento e separação do lixo, com emissão do Termo de Descarte Correto, quando for o caso;

b.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pelo fornecimento e/ou prestação de serviços em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los, quando constatado que não atendem às características exigidas ou apresentem quaisquer defeitos;

b.5) Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente no caso de cessação do fornecimento e/ou prestação de serviços, ou pelo descumprimento da prestação da Garantia prevista no **item 4.4 do Termo de Referência – Anexo I**, dos produtos e serviços fornecidos;

b.6) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do objeto contratado;

b.7) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho pertinente pela inobservância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e cláusula 6.2 do Termo de Referência.

**c) Impedimento de licitar e contratar com a União:** Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**6.1.1** - A sanção prevista no item 6.1, alínea “c”, poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, com a pena de multa.

**6.2** - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada para eventual aplicação de sanção em processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus ou da garantia contratual (quando couber). Caso não seja possível realizar o desconto citado, a CONTRATADA deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

## **7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não declarar o aceite da nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

**7.2** - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor.

**7.3** - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

**7.4** - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de

recebimento.

**7.5** - No caso de o fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

**7.6** - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

## **8. DO FORO**

**8.1** - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura Representante legal)

Nome: .....

Cargo: .....

\_\_\_\_\_  
Dr. Valcir Mombach

Diretor Geral do TRE/PR